



Plano de Gerenciamento Costeiro é aprovado

(foto Solon Soares)



Apreciação da proposta em Plenário transcorreu de forma tranqüila, sem polêmicas

O Legislativo aprovou, na quinta-feira (1º), substitutivo global do deputado Celestino Secco (PP) que condensou e adequou o Projeto de Lei nº 150/03, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), à legislação federal. Com isso, e depois de receber sanção do governador do Estado, Santa Catarina terá seu Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, conforme determina a Constituição Federal de 1988.

"Este plano vai garantir o desenvolvimento e a preservação ao longo do litoral catarinense, que abrange 36 municípios e mais de 2,5 milhões de habitantes, cerca de 40% da população estadual", explicou Ponticelli. O Plano representa, em última instância, a ocupação e uso ordenados dos espaços costeiros e dos recursos naturais

em 9.094,4 quilômetros que abrangem os municípios que mantêm divisa com o mar ou com grandes lagoas costeiras.

A partir dele, de acordo com o previsto pelo Artigo 25 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, os municípios poderão elaborar os seus planos de gerenciamento, definindo normas locais – sempre atreladas ao que determina o texto estadual -, para o uso do solo, do subsolo, das águas, utilização de imóveis, ocupação de áreas por empreendimentos econômicos ou não. O texto aprovado nasceu da consulta feita à sociedade, através de audiências públicas, da consulta aos segmentos produtivos, associações comunitárias, ambientais e de preservação, além do trabalho conjunto com técnicos e especialistas do governo estadual.

Parlamentares cobram reajuste de servidores

Integrantes da Comissão de Finanças e Tributação cobraram do secretário da Fazenda, Max Bornholdt, o reajuste de diversas categorias do funcionalismo público, principalmente o previsto para a Segurança Pública em lei nascida de proposta do próprio Poder Executivo e apreciada durante convocação extraordinária do Poder Legislativo.

A cobrança, que vem sendo feita sistematicamente nos discursos em Plenário, decorreu do relatório apresentado por Bornholdt, em audiência

pública realizada pela Comissão de Finanças e Tributação no dia 31, quando ele apresentou o relatório dos resultados fiscais do Estado no primeiro quadrimestre do ano, atendendo exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Bornholdt afirmou que houve superávit orçamentário (diferença entre receita arrecadada e despesas liquidadas) de 13,15% e um incremento na receita no valor de R\$ 404 milhões, no comparativo com o que foi arrecadado no primeiro quadrimestre de 2004.

Página 8



Bornholdt (ao microfone) entre os integrantes da Comissão de Finanças

Participação da mulher na política terá programa específico de pesquisa

No que depender da bancada feminina, antes do final deste ano Santa Catarina terá seu Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Consultoria sobre a Participação das Parlamentares Catarinenses na Política. Moção assinada pelas deputadas Ana Paula Lima (PT), Simone Schramm (PMDB) e Odete de Jesus (PL) e instituições que participaram do IFórum da Mulher Parlamentar Catarinense, pedindo a aprovação do Projeto de Resolução nº 4/2005, foi

encaminhada à Mesa e aos líderes de bancada.

Apresentada em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a proposta prevê a constituição de um banco de dados sobre a ação parlamentar das catarinenses e a realização de pesquisas para traçar um perfil dos projetos por elas apresentados nas casas legislativas.



Fórum da Mulher Parlamentar Catarinense

As representantes femininas dos catarinenses nas três esferas legislativas (federal, estadual e municipal)

União de mulheres: experiência produtiva

Um dos grandes desafios de Santa Catarina é o de alcançar maior equilíbrio na distribuição do poder. No pleito de 2004, 2.915 mulheres disputaram votos, o equivalente a 22% dos candidatos. Foram eleitas 304 vereadoras (11,30%), nove prefeitas (3,07%) e três deputadas estaduais. Temos ainda uma deputada federal e uma senadora.

Segundo estudos, o espaço da mulher em Santa Catarina está abaixo da média nacional. O problema por aqui não é diferente nas demais regiões do país. O domínio masculino nos partidos e lamentavelmente uma dose de mentalidade patriarcal dos eleitores emperra o maior acesso aos mandatos eletivos.

Também pesa contra uma presença mais numerosa a indisponibilidade para dedicação exclusiva, que leva à ausência de articu-

lação e apoios políticos.

Para construir uma nova fase, constituímos na Assembléia Legislativa o Fórum da Mulher Parlamentar Catarinense. De caráter suprapartidário, inaugura a caminhada para a união dos mandatos femininos.

Reunimos as parlamentares e lideranças femininas de vários segmentos no dia 26 de agosto. Foi o primeiro de muitos encontros para promovermos a qualificação da produção legislativa, compartilhar anseios, dificuldades e lutar por soluções.

Esse passo poderá surtir efeito com a ampliação do espaço político de mulheres no Estado já em 2006, através de mais candidaturas. E a população só tem a ganhar, pois a mulher pode e deve dar sua contribuição na construção de uma sociedade mais justa.

Ana Paula Lima (PT)

Vigília rodoviária

Antes do pipocar de crises que tonteiam o governo federal, houve o que parecia ser uma boa nova. Boa não, média. É que no início de junho correu a notícia da liberação de recursos para a restauração e construção de rodovias em todo o país. O governo liberaria R\$ 1,5 bilhão. Nem um quarto do previsto no Orçamento, que são R\$ 6,5 bilhões. Para Santa Catarina, seriam cerca de R\$ 276 milhões que, ainda assim, não contemplavam as regiões Serrana e Oeste.

Depois veio o vendaval das más notícias, o governo ficou imobilizado e tudo parou. De pouco adiantaram as manifestações e os protestos, até paralisando o fluxo de trânsito de rodovias, como aconteceu em Papanduva. Nem trevos para a BR-116, nem as obras da BR-282, trechos entre Lages e São José do Cerrito e de Vargem até Campos Novos, nem o recapeamento - ou sequer a manutenção - dos segmentos já concluídos da estrada, uma obra de 40 anos.

Não há dúvida, para ninguém, da importância da BR-282. Não só para Santa Catarina e a Região Sul, mas para o país e o continente. Trata-se de um corredor bioceânico da maior repercussão, que corta numerosas e ricas regiões produtoras de Oeste a Leste da América do Sul. Ao longo de sua trilha, toca concentrações populacionais e econômicas de grande potencial. Só não hou-

ve, ainda, a vontade política determinante, capaz de concluí-la.

Em boa hora decidiu-se o Fórum Parlamentar Permanente da BR-282 por uma mobilização que só acabe com a rodovia pronta. Esse tipo de vigília é o mínimo que espera a sociedade de seus representantes na Assembléia Legislativa. A luta de 40 anos - 50, contando com a fase de projetos - tem que terminar um dia, e cabe a nós, parlamentares e sociedade, trabalhar e lutar para que esse dia não esteja reservado para gerações muito distantes.

Da mesma forma que atentos aos trabalhos de manutenção e recapeamento, de conclusão dos trechos da BR-282, deveremos, os parlamentares catarinenses, nos manter sintonizados na premência de outras obras da infra-estrutura rodoviária, como a melhoria da BR-116 e, afastada essa inércia que a persegue, a retomada e conclusão da duplicação da BR-101, um precário corredor de ligação que acaba estrangulando o tráfego de todos os outros.

A essa vigília pela melhoria da estrutura viária esperamos que se somem, permanentemente, os prefeitos, os vice-prefeitos, os vereadores, as autoridades e as populações de áreas que anseiam pelo benefício. Em nome de Santa Catarina.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

Coral comemora 5º aniversário

Na próxima terça-feira (6), a Assembléia Legislativa realiza sessão solene em homenagem aos cinco anos do seu Coral, por proposição da Mesa. Criado inicialmente com o propósito de oferecer aulas de canto, o Coral está sob a regência do maestro Reginaldo Osvaldo da Silva, que o acompanha desde seu início. Composto atualmente por 35 cantores, é integrado por servidores da Casa - efetivos, comissionados, ativos e inativos -, e por pessoas da sociedade em geral.

O Coral nasceu na gestão do deputado Gilmar Knaesel (PSDB), em setembro de 2000, porém somente em agosto de 2001,

já na presidência do deputado Onofre Agostini (PFL) com a aprovação da Resolução nº 1203/01, de 7 de agosto de 2001, foi instituído oficialmente, vinculado à Assessoria Cultural.

Segundo Reginaldo, que é formado em Música pela Udesc, no início da atual administração ficou assegurado a continuidade das atividades do Coral. O maestro ressaltou que a cada ano sente aumentar o empenho dos coralistas. "Percebo que o apoio de cada presidente fortalece ainda mais o profissionalismo dos integrantes que hoje deixam transparecer nos nossos ensaios a alegria e a paixão pela música". (MOR)

Agenda

Dia 5, 20h - Lançamento do livro O Vôo das Gaivotas, de Eliane Volpato

Local: hall da Alesc

Dia 6, 9h - Comissão de Agricultura - Audiência pública para discutir problemas relativos ao crédito fundiário

Local: Sala de imprensa

Dia 6, 10h - Comissão de Justiça - Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 220/05, que trata da política estadual de saneamento

Local: Plenário

Dia 6, 11h - Comissão de Justiça - Audiência pública para discussão do Projeto de Lei nº 242/05, que trata da desverticalização da Celesc

Local: Plenário

Dia 6, 19h - Homenagem ao 5º ano de fundação do Coral da Assembléia Legislativa

Local: Plenário

Dia 9, 19h30min - Comemoração dos 40 anos de regulamentação da profissão de administração

Local: Plenário

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Maria Ivonete Lessa

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortega Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zundavalli, Andréa Leonora, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Davi Eitelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraiu Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

AL comemora Dia do Bancário

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O Dia do Bancário, comemorado em 28 de agosto, nasceu de uma grande assembléia da categoria, realizada em 1951. Bancários de São Paulo decretaram greve após ouvir dos patrões contraproposta de reajuste salarial que consideraram inaceitável. Embora bancários de outros estados tivessem aceitado a proposta, o grupo paulista se manteve em greve por 69 dias, sob a repressão do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Esse movimento marcou a categoria, que passou a adotar o dia como sua data comemorativa, mais tarde regulamentada em lei.

Por proposição do deputado Vanio dos Santos (PT), a Assembléia Legislativa realizou sessão solene, presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL), na noite do dia 29, em homenagem aos bancários catarinenses. Autor da homenagem, ele lembrou sua trajetória na profissão. "Estou deputado, mas sou bancário. Iniciei minha carreira em 14 de julho de 1979 na agência de Tubarão, pelo banco Sulbrasileiro. Em julho de 1981, me tornei servidor da CEF (Caixa Econômica Federal), tendo até agora 26 anos de profissão", lembrou.

Vanio citou ações e datas que marcaram a história como a aprovação do estatuto da Associação dos Funcionários de Ban-



Deputado Vanio e o homenageado especial da noite, Amauri Faria Ramos

cos de São Paulo, em assembléia da qual participaram 84 bancários, em 16 de abril de 1923. A intenção inicial era criar uma identidade para a categoria que até então era integrada à dos comerciários. Houve ainda a conquista de espaço feminino com a eleição, em 1957, de Consuelo Toledo e Silva e de Maria Aparecida Galvão, as duas primeiras diretoras do sindicato. Nesse mesmo ano houve a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias e aposenta-

doria por tempo de serviço.

Em 10 de setembro de 1985, ocorreu aquela que foi considerada a maior greve do setor no país, mobilizando cerca de 500 mil bancários. No ano seguinte são reconhecidos também como bancários os funcionários da Caixa Econômica Federal. Na noite de terça-feira (29), servidores de diversas instituições bancárias foram homenageados com placa comemorativa. Pelos seus 53 anos em atividade como funcionário da CEF, o advogado Amauri Faria Ramos recebeu placa destaque. (SD)

Cônsul italiano recebe placa

O Fórum Parlamentar Ítalo-brasileiro, presidido pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), fez uma homenagem ao cônsul-geral da Itália para Santa Catarina e Paraná, Mário Trampetti, com a entrega de uma placa durante a sessão plenária do dia 25. De acordo com Peninha, após quase cinco anos de trabalho de intercâmbio entre o Brasil e a Itália, o cônsul "está retornando a Roma."

O deputado destacou alguns acordos que estão em execução no Estado em decorrência do desempenho de Trampetti, como a criação do Fórum Parlamentar, cujo objetivo é promover uma participação maior dos deputados nas relações entre os dois países. Também apoiou manifestações da cultura italiana e agilizou o trâmite dos processos para a concessão da cidadania italiana a dezenas de catarinenses. "Há muito o que agradecer ao cônsul-geral por seu empenho em reforçar os laços entre os dois países". (MOR)

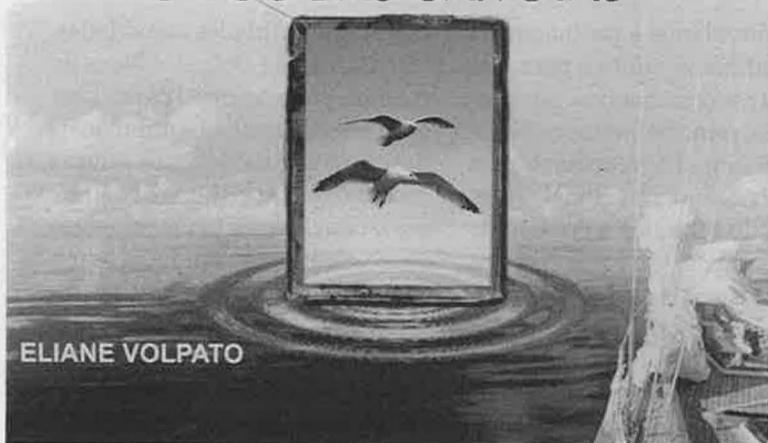
(foto Carlos Kilian)



Mário Trampetti e o deputado Peninha

Eliane Volpato lança O Vôo das Gaivotas

O VÔO DAS GAIVOTAS



ELIANE VOLPATO

Ao comparar as mulheres aos pássaros, a professora e pedagoga Eliane Volpato, natural de Tubarão, traça uma instigante análise do universo feminino. A busca pela felicidade e pelo amor, aliada aos relatos de histórias de vidas, a esperança e os caminhos para tornar concretos os sonhos marcam a obra "O Vôo das Gaivotas", cujo lançamento acontece no dia 5, a partir das 20 horas, no hall da Assembléia Legislativa.

Escreitora sempre se dedicou à literatura infantil, em contos, estórias e poemas e agora dá vida à personagem Maria, que questiona: "que tipo de mulher-pássaro somos ou desejamos ser? Que estamos a fazer por nós? A felicidade deve estar e ser apenas um lugar? Ela é momento, caminho, parada, sonho ou vôo?". Eliane também se aventura numa história de amor, justamente aquele que não é movido pela cobiça e corrompido, mas o amor que sobrevive pelo oferecer e não pelo exigir. (RV)

Escola oficializa concurso anual

A Assembléia Legislativa, por iniciativa da Escola do Legislativo, está lançando o concurso anual "Prêmio Escola do Legislativo". O ato que institui o concurso foi assinado no dia 16 de agosto pelo presidente da Alesc, deputado Julio Garcia (PFL), e vai contemplar monografias inéditas sobre o tema "Poder Legislativo e seus diversos aspectos". O concurso prevê as categorias estudante e profissional, estando o julgamento sob a responsabilidade de uma Comissão Especial coordenada pelo presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP).

A comissão será composta, no mínimo, por seis servidores da Casa e dois profissionais de reconhecimento acadêmico. O público será informado sobre o concurso "Prêmio Escola do Legislativo" por meio de edital específico, que será publicado pela Assembléia Legislativa. (MAG)

Doadores de sangue agradecem apoio

O presidente da Adoresc (Associação de Doadores de Sangue da Região de Canoinhas), Silmar Golanovski, esteve na Casa no dia 24 para agradecer o apoio recebido. Fundada em 1991, a Associação busca conscientizar a população e estimular as pessoas a doarem sangue. Através do Projeto Turismo do Sangue, que visa mostrar a importância da doação a possíveis doadores de outras regiões, a Associação tem obtido bons resultados. Silmar falou aos deputados durante a sessão plenária, sendo recebido pelo presidente, deputado Julio Garcia (PFL).

"A Adoresc já transportou, em 14 anos, 9.466 doadores de sangue e atendeu 1.060 pacientes internados fora da nossa região, que se submeteram a cirurgias mais complexas em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul,

sem custo nenhum para seus familiares". Atualmente, contou, são mais de 3 mil doadores cadastrados e a Associação espera cadastrar mais de 10 mil doadores de medula, informou Silmar.

O deputado Sérgio Godinho (PTB) informou que o vice-presidente da Adoresc, Orestes Golanovski, pai de Silmar, é o maior doador de sangue do mundo. "O Hemosc é um dos maiores hemocentros do país e com certeza a Associação ajuda muito para isso." O deputado Onofre Agostini (PFL) lembrou que, através de um pedido de Antônio Aguiar (PMDB), que na época ainda não era deputado, conseguiu um ônibus para a instituição. "Com a ajuda do Parlamento, compramos um ônibus. Fiquei sabendo que eles já percorreram 50 mil quilômetros com o veículo. (SCT/DAB)

Barra do Camacho recebe recursos

O primeiro resultado concreto do Fórum Permanente da Barra do Camacho, Jaguaruna, criado pela Assembléia Legislativa pelo Ato da Presidência nº 13, em 28 de abril deste ano, foi a liberação de recursos que podem variar de R\$ 60 mil a R\$ 80 mil por parte da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do governo federal.

O anúncio foi feito pelo próprio ministro José Fritsch à comunidade local. Segundo ele, este valor vai garantir a compra do diesel que será necessário para man-

ter em funcionamento as dragas usadas na abertura da Barra do Camacho. O deputado José Paulo Serafim (PT), que preside o Fórum, destacou que esta é uma ação emergencial. "Esta comunidade não tem mais de onde tirar seu sustento e a situação já é de penúria. O ministro se sensibilizou com o quadro que descrevi durante visita ao seu gabinete em Brasília e rapidamente veio conhecer o problema para avaliar as possibilidades de solução", explicou Serafim.

Fritsch garantiu que, para o exercício de

2006, a abertura definitiva da Barra estará na previsão orçamentária federal através da Secretaria da Pesca.

Acesso - Outro problema daquela comunidade é a rodovia de acesso de Jaguaruna à Barra do Camacho. O governo do estado iniciou obras de pavimentação, mas não deu continuidade, piorando ainda mais a qualidade da estrada. O deputado José Paulo Serafim entrou com uma Indicação na Assembléia Legislativa para que sejam tomadas providências urgentes sobre o assunto e pedindo a conclusão das obras. (AL)



Deputado José Serafim entre Angelo Busso, coordenador da Pastoral da Pesca, e Fritsch

Parque Nacional de São Joaquim

Congresso Nacional pode garantir indenizações

O procurador da República, Nazareno Wolff, defendeu "uma solução política" para que 300 famílias de agricultores recebam mais rapidamente a indenização das terras desapropriadas pela União há 44 anos para criação do Parque Nacional de São Joaquim. A defesa foi feita durante audiência pública realizada no dia 29 pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, em Urubici.

Como está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei destinado à demarcação e implantação definitivas de parques nacionais, dentre eles o Parque Nacional

de São Joaquim, a pressão em Brasília seria mais eficiente do que o encaminhamento pela via jurídica. Wolff, no entanto, deixou claro que o Ministério Público Federal pode ajudar, dando entrada a uma ação civil pública contra a União. "Mas isso não representa a solução mais viável aos antigos proprietários. Se for condenado, o governo terá o direito de fazer o pagamento através de precatórios", alertou.

Mais de 150 pessoas que aguardam o pagamento participaram da audiência pública no salão do Clube Urubiciense. O deputado

Reno Caramori (PP) lamentou a ausência do Ibama ou do Ministério do Meio Ambiente. "O escritório do Parque fica a 100 metros daqui", disse o deputado, que defendeu a união das entidades municipais que representam as famílias em cada município onde ele está situado. O presidente da Comissão, deputado Sérgio Godinho (PTB) acolheu a sugestão apoiada pelos participantes. Além disso, Godinho vai encaminhar, juntamente com a bancada federal, a realização de audiência pública no Congresso Nacional para discutir o projeto de implantação definitiva dos parques nacionais. (LB)

Alto Vale discute agricultura familiar

O município de Santa Terezinha, no Alto Vale do Itajaí, foi o sétimo a receber os representantes da Epagri, Conab e Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o seminário sobre "Agregação de Valores à Agricultura Familiar", promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP).

Santa Terezinha tem 10 mil habitantes. Mais de 90% das famílias vivem da agricultura, principalmente do cultivo de fumo. Alguns

agricultores começam a diversificar a produção, investindo na criação de gado leiteiro e suínos. Quase 300 produtores rurais do município participaram do seminário, na quinta-feira (25).

No outro dia (26), foi a vez de Pouso Redondo, receber a Comissão, técnicos da Epagri, representantes dos governos estadual e federal. Cerca de 100 agricultores participaram do encontro. Pouso Redondo tem 1.400 famílias de produtores am quase totalidade vive em pequenas propriedades,

plantando fumo e arroz.

Os agricultores reclamam da dificuldade na liberação de linhas de crédito para a fumaça e demora da demora para ter acesso aos recursos do crédito fundiário e do Pronaf.

Os seminários foram presididos pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), vice-presidente da Comissão de Agricultura e proponente dos encontros. O deputado Antônio Aguiar (PMDB) também esteve presente à abertura do evento em Santa Terezinha. (PT)

Ausências inviabilizam debate

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputados Mauro Passos e Paulo Eccel e Tiago Matheus, da OAB/SC

Convidados a participar de uma audiência pública para discutir os preços abusivos de combustíveis, principalmente na Grande Florianópolis, representantes da ANP (Agência Nacional do Petróleo), do Ministério Público de Santa Catarina, do Procon, e dos Sindicatos dos Postos de Combustíveis de Florianópolis e da região de São José não compareceram. Apenas os dois primeiros órgãos justificaram a ausência.

Presente ao encontro, que aconteceu no dia 25, o deputado federal Mauro Passos (PT), integrante da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, classificou o fato como um desserviço à população e um desrespeito com o Legislativo. A audiência foi proposta pelo deputado Paulo Eccel (PT) e realizada pela Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, presidida pelo deputado Gelson Merísio (PFL). Eccel definiu como um "jogo de cartas marcadas" a au-

sência das entidades convidadas. "Em Chapecó e outras cidades do interior, onde o acesso para a chegada do combustível é muito mais difícil do que na capital o preço é menor. Por causa desse disparate é que convidamos todas essas pessoas", explicou o deputado, anunciando que enviará moções aos órgãos que não compareceram, protestando contra a falta de representantes num debate promovido pelo Parlamento.

Descaso - O representante da OAB, Tiago Matheus, mostrou-se indignado com a ausência das entidades convidadas. Jair Miotto, vereador do PTB em Florianópolis, também se mostrou surpreso pela falta de interesse e disse que espera que não aconteça o mesmo na Câmara de Vereadores. "A Câmara também fará uma audiência pública para discutir o assunto, sei que teremos de tomar providências para que isso não se repita", falou Miotto.

CCJ modifica desverticalização da Celesc

Scheila Dziedzic

Relator do Projeto de Lei nº 242/05, que trata da desverticalização da Celesc, o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), teve aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, na manhã do dia 30, seu substitutivo global à proposta original do Executivo. Ele acatou algumas emendas parlamentares que aprimoram o projeto e que segundo ele foram amplamente discutidas com o representante dos funcionários da empresa na diretoria e com a Inter-sindical dos Eletricitários.

Blasi argumentou que, após minuciosa análise de consultoria especializada, concluiu-se que o processo de desverticalização concebido inicialmente teria repercussão de natureza fiscal, contábil e financeira à Celesc, em valores superiores a R\$ 100 milhões. Como alternativa para eliminar prejuízos, uma das alterações propostas pelo relator foi a alienação dos ativos da área de geração, ficando a empresa somente com as atribuições inerentes a distribuição da energia, mantendo-se desta forma uma empresa pública.

Das emendas apresentadas, Blasi acatou parte das 26 emendas feitas pelo deputado Vanio dos Santos (PT), mantendo o caráter público da empresa, garantindo os direitos trabalhistas dos funcionários, independente da divisão das áreas de geração e distribuição exigida pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), e a valorização dos em-

pregados. Também emendas dos deputados Lício Mauro da Silveira (PP) e Herneus de Nadal (PMDB), garantindo a explicitação da garantia de emprego aos operadores da parte de geração e alterando a nomenclatura de uma diretoria. Blasi redigiu emenda assegurando, expressamente, a não privatização e a aplicação das receitas advindas da venda dos ativos de geração na atividade de distribuição.

Vista - Para melhor análise das alterações propostas, o presidente da CCJ, deputado Jorginho Mello (PSDB), acatou pedido de vista dos deputados Vânio dos Santos (PT) e Joares Ponticelli (PP). O petista avalia ser fundamental analisar com muita atenção a questão relacionada a venda de ativos da geração. "O governo está mudando seu posicionamento que não previa a alienação". Segundo ele, a medida privatiza o setor e altera o atual caráter público e social da empresa. "Eles vão trabalhar pela lógica do lucro", comentou.

A posição da bancada do PT quanto ao assunto será tomada após reunião em que será discutido o substitutivo global, mas Vanio defende que o que é essencial ao ser humano, e a energia elétrica seria uma destas situações, o Estado não pode abrir mão da participação. "O que combatemos é o Estado mínimo e a não participação em algo estratégico como a energia elétrica. Não se pode esquecer os prejuízos que a privatização já nos trouxe em outras áreas como a telecomunicações".

Executivo entrega projeto da PM

Os secretários estaduais da Coordenação e Articulação e da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Matos (PMDB) e Ronaldo Benedet (PMDB), respectivamente, juntamente com o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Bruno Knih, entregaram pessoalmente ao presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), no dia 25, o projeto de lei complementar que dispõe sobre a carreira e a promoção dos praças militares de Santa Catarina. O Executivo pediu tramitação em regime de urgência.

A proposta enquadra como praça da PM e do Corpo de Bombeiros Militar os soldados de 3ª, 2ª e 1ª classes, o cabo, os

sargentos de 3ª, 2ª e 1ª classes e o subtenente. O ingresso no quadro será através de concurso público. Após 30 anos de tempo total de serviço passarão à situação de excedentes ao quadro, até o limite de 10% do número de vagas previstas para o grau hierárquico em que se encontram.

Para designar uma promoção, será formada uma Comissão de Promoções de Praças, composta pelo subcomandante-geral, como presidente; dois oficiais superiores; um oficial intermediário; um oficial subalterno, e um oficial subalterno em serviço na Diretoria Pessoal, como secretário. (DAB)

Contratação temporária na PM divide opiniões

(foto Jonas Lemos Campos)



Coronel Knih, deputados Jorginho Mello, Dentinho, Eccel, Dionei (em pé) e Vanio dos Santos

O Projeto de Lei Complementar 15/05, de origem governamental, que trata da contratação de soldados temporários pela Polícia Militar, foi amplamente discutido durante a audiência pública realizada na manhã do dia 30 pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB). Solicitada pelo deputado Vanio dos Santos (PT), a reunião contou com as presenças dos deputados Paulo Eccel, Wilson Vieira - Dentinho, ambos do PT, Sérgio Godinho (PTB), o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), além do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Bruno Knih, e o presidente da Associação dos Praças de Santa Catarina, sargento Amorim Soares.

Entre as principais preocupações manifestadas pelo deputado Vanio está a forma de contratação e seus

reflexos no quadro efetivo da PM. "O projeto diz que esses soldados serão contratados por meio de uma prova de conhecimentos gerais e não através de concurso público, mas vão ser regidos pelas normas e regulamentos da corporação. Não me parece correto. Segurança pública é um serviço fundamental para a sociedade e tudo que se refere a ela precisa ser muito discutido", avaliou.

Dentinho sugeriu a terceirização dos serviços. "Concordo que há de se retirar os soldados de trabalhos administrativos e colocá-los na rua. Mas, não é muito mais fácil terceirizar o serviço?", questionou.

Carreira - Repudiando a expressão soldado temporário, o sargento Soares reivindicou o incentivo ao plano de carreira da corporação. "Soldado é

quem presta concurso público, planeja carreira militar e corre risco para proteger a sociedade e seus irmãos de farda", argumentou.

Blasi defendeu a característica social do projeto, em vista da liberação de 1.500 vagas de trabalho, caso todos os cargos administrativos, hoje ocupados por soldados efetivos, sejam substituídos por auxiliares temporários. "Essa é uma grande chance de primeiro emprego a muitos jovens. O projeto precisa apenas de alguns ajustes simples para ficar perfeito e se tornar referência no país", afirmou.

Knih relatou que a solução foi adotada pelas PMs de São Paulo e Paraná e assegurou que para seguir carreira militar, os soldados temporários terão que prestar concurso público, com a diferença de que eles terão pontos a mais pelo conhecimento adquirido. (TK)

O que propõe o governo:

Contratação por um ano, renovável por mais um, de jovens de 18 a 23 anos de idade, com segundo grau completo, através de uma prova de conhecimentos gerais. Os contratados passarão por um período de treinamento de dois meses e meio, ou 400 horas aula.

Os soldados irão trabalhar na parte administrativa do quartel e em funções de atendimento ao público, como o 190, serviço de guarda de honra, entre outras. Usarão uniforme internamente e estarão sujeitos ao regime jurídico da PM.

I Fórum da Mulher Pa

(foto Alberto Neves)

Mulheres de todas as profissões e classes reuniram-se no Plenário da Assembleia Legislativa no dia 27 de agosto para o primeiro encontro do Fórum Parlamentar da Mulher Catarinense, presidido pela deputada Ana Paula Lima (PT), com a participação das deputadas Simone Schramm (PMDB) e Odete de Jesus (PL). Ao abrir o encontro, Ana Paula lembrou a difícil realidade enfrentada por mulheres de todas as origens em Santa Catarina, desde agricultoras, maricultoras e donas de casa, e convidou a todas para um debate que contribua para uma melhor qualificação da mulher na política.

"Nossa luta será sem-

pre a luta pela vida e o que propomos é um pacto de intercâmbio a fim de que se faça encaminhamentos para novas empreitadas", disse, alertando para o preconceito e desrespeito ao direito à cidadania. A parlamentar pediu para as mulheres não se omitirem, não se subestimarem e enfrentarem as urnas. "Queremos subsidiar as mulheres eleitas para que possam marcar seus mandatos com o atendimento de demandas sociais e ao mesmo tempo ampliar sua presença na política", assinalou.

A primeira-dama do Estado, Ivete Appel da Silveira, elogiou a iniciativa de realizar o encontro e salientou que a sociedade brasileira se moderniza e torna-se mais competitiva a cada dia. "Somente com a união podemos chegar a uma sociedade mais justa", sintetizou.



Mulheres de todo o Estado lotaram as galerias e o Plenário no primeiro debate promovido pelo Fórum criado no dia 8 de março

Vereadoras enfatizam envolvimento comunitário

Sob o tema "A Prática Legislativa das Mulheres nas Câmaras de Vereadores", no painel que abriu os trabalhos na tarde de sexta-feira (26), diversas parlamentares fizeram um pequeno relato de suas experiências como vereadoras. Representando a Câmara de Vereadores de Gaspar, a vereadora Mariluce Deschamps Rosa (PT) contou que aproveitou o espaço no Legislativo para reivindicar em favor da população, na busca das causas públicas. Para ela, encontros como o I Fórum permitiu a troca de experiências "independente de partido político".

Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, a vereadora Cristina Barrichello (PPS) acredita que aumentar a participação da mulher na política depende, primeiro, da superação da barreira interna que existe dentro de cada um. Cristina pregou a união de todas para buscar as conquistas almeçadas.

A vereadora Márcia Oliveira Duarte (PSDB), do município de Monte Castelo, destacou que a mulher é a grande responsável pela transformação da sociedade, pois cabe a ela como mãe a responsabilidade de educar. A vivência feminina na comunidade é a maneira de mostrar que as mulheres podem atuar em várias frentes, especificamente na política. "Ocupar seu espaço conquistado com luta, garra e determinação, sem usar de desculpas", defendeu Márcia.

A ex-atleta de *body board*, Cláudia dos Santos, elegeu-se vereadora pelo PMDB em Barra do Sul, localizado no Norte do Estado, após conquistar vários títulos em campeonatos por diversos países. Relatou que desde criança respirou política, pois seu pai exerceu vários mandatos como vereador. Atribuiu sua eleição ao seu caráter, determinação e empenho como atleta. Informou que no Legislativo municipal sua meta é lutar por uma participação mais ativa da mulher na política.

Sem errar - A primeira vereadora do município de Bombinhas, Ana Paula (PTB), disse que assumiu o papel de primeira legisladora mulher do município com muita apreensão. "Eu tenho medo de errar. Eu não posso errar. Muitas pessoas confiaram em mim e eu não posso decepcioná-las. Sou a pri-



Filha de vereadora, com a deputada Simone: começando cedo

meira de muitas que virão e estou levando essa responsabilidade a sério", disse.

O medo de legislar também foi o tema tratado pela vereadora Tânia Eberart (PMDB), de Joinville. De acordo com ela, a maior dificuldade de ser vereadora é driblar as adversidades. "Sempre tive a preocupação de como entrar nesse meio e não errar, de como conquistar o poder sem fazer como a maioria. Como podemos ser a maioria dos votos e a minoria das cadeiras? Como trabalhar com essa diversidade de sentimentos e situações? Não é fácil, mas não é impossível", resumiu Tânia.

A única representante da Avoesc (Associação de Vereadores do Extremo-oeste catarinense), Darci Zimmer (PP), de Guarujá do Sul, salientou que a realização do encontro marca um diferencial no calendário catarinense. "Esta data ficará marcada na história. Nós temos a sutilidade e bons princípios como arma para garantir nosso lugar no campo legislativo. Devemos utilizar a verdade e a honestidade com transparência em favor de todos", finalizou.

Participação na política em expansão

Coordenado pela deputada Simone Schramm (PMDB), o primeiro painel do Fórum teve como tema "O papel da mulher na política". Após falar de sua satisfação em verificar a presença de um grande número de mulheres de várias regiões do Estado, Simone lembrou da importância da participação feminina nas próximas eleições. "Queremos ver muitas de vocês na nominata de candidatas do ano que vem, demonstrando o sucesso parlamentar da mulher catarinense."

Uma das painelistas

dos trabalhos na panela foi a presidente dim/SC (Conselho dos Direitos da Mulher) Zuleika Lenzi. Ela afirmou que o órgão virá a ser uma Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e entre suas atribuições está a de trabalhar pela participação da mulher na política, para que ela ocupe o lugar de direito na vida econômica, política e cultural.

Além de enfrentar preconceitos e desigualdades, afirmou Zuleika, as mulheres ingressaram na política de forma tardia, já que

esse era um essencialmente masculino. Ela lamenta que o número de mulheres ocupando cargos eletivos e de voto distrital ainda é baixo. Ela afirmou que o movimento político da sociedade que nos passa pelas mudanças políticas do legislativo e do Executivo ressaltou a participação, que ao final apresentou uma campanha em 2004 na capital



Zuleika Lenzi: pioneira

Parlamentar Catarinense

(foto Julio Cavalheiro)



Na passeata do dia 8 de março: Odete, Ana Paula e Simone, à frente

Persistência vence as dificuldades

A primeira mulher a ingressar na Procuradoria de Justiça do Ministério Público Estadual, em 1979, também conviveu em sua trajetória profissional com as possibilidades e as dificuldades de trabalho. Rosa Maria Garcia, hoje aposentada, nunca ocupou cargos de corregedora geral e de procuradora geral do MP. "Não havia expectativa que uma mulher ocupasse cargos de decisão. Hoje, um terço do Ministério Público de Santa Catarina é integrado por 80 mulheres, mas o modelo de sociedade ainda precisa ser mudado", informou.

A presidente do Instituto Ajorpeme (Associação Joinvilense de Micro, Pequenas e Médias Empresas), Maria Aparecida Gonçalves, está há 20 anos no cargo. O envolvimento natural com questões sociais levou-a a ver a responsabilidade social com outros olhos levando-a a estimular este tipo de iniciativa da parte de outros empreendedores. "Nosso trabalho consiste em conscientizar o empresário de

que responsabilidade social não é apenas distribuir cestas básicas aos empregados, e sim planejar a vida da empresa de forma a pagar salários satisfatórios, a fim de criar consumidores em potencial, que ajudarão a elevar a economia", explicou.

Espaço - A colunista de economia do jornal *Diário Catarinense*, Estela Benetti, destacou a importância da informação passada de maneira simples ao leitor, principalmente em assuntos como economia e política. "Procuro sempre dar espaço ao trabalho feminino, seja na política ou economia, mas acredito que podemos avançar mais na política, o que, infelizmente, ainda é um desafio." A presidente da Aben/SC (Associação Brasileira de Enfermagem), Ângela Maria Alvarez, defendeu a equiparação salarial para as mulheres, principalmente as que trabalham com saúde. "São 27 mil trabalhadores da saúde em Santa Catarina, a maioria mulheres que ganham salários tão baixos que as obrigam a ter mais de um emprego."

Protocolo vai agilizar política para mulheres

A secretária especial de Políticas para as Mulheres no âmbito federal, Nilcéia Freire, anunciou na abertura do 1º Fórum Parlamentar da Mulher Catarinense a assinatura de protocolos com 17 prefeituras, para desenvolver ações em parceria com o governo federal para viabilizar abrangendo o que preconiza no Plano Nacional de Política para as Mulheres.

O Plano Nacional de Política para as Mulheres, um conjunto de 199 ações lançado em dezembro de 2004 pelo governo federal, foi defendido por Nilcéia como importante instrumento para mudar a condição de desigualdade das mulheres em relação aos homens. No cenário internacional, em levantamento de 2003, o Brasil ocupava a 51ª posição entre os países que apresentam maior índice de desigualdade. Segundo relatório, foram aplicados desde então, R\$ 8,8 milhões em diversas ações. Agora, conforme ela, tenta-se a liberação de R\$ 13,2 milhões do orçamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, contingenciados pelo governo federal. A mobilização feminina, segundo Nilcéia, dá legitimidade às ações pretendidas com o plano e que deverão ser desenvolvidas nas áreas de autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, enfrentamento da violência contra as mulheres, gestão e monitoramento. As ações serão desenvolvidas dentro da responsabilidade de cada nível do poder público - municipal, estadual e federal -, mas buscando sempre o melhor resultado através de parcerias.

Ela considera funda-

mental, para que haja continuidade das ações que atendam as necessidades práticas das mulheres, a participação, fiscalização e envolvimento principalmente no acompanhamento da reforma política. "Para que o plano possa acontecer, depende da efetiva ação e vontade política. Por isso devemos ficar de olho na reforma política, senão mais uma vez estaremos fora do sistema, não ocupando o espaço que nos cabe", comenta Nilcéia.

A senadora Ideli Salvatti (PT/SC) reforçou a necessidade de participação ativa da mulher na política até mesmo como forma de mudar a concepção masculina do poder, garantir conquistas e diminuir as desigualdades. "O poder tem que ser compartilhado. Deve ser construído a partir da concepção do coletivo e ter a sensibilidade inerente à mulher." Exemplo de conquista da mulher, através da mobilização, é a possibilidade da concessão de aposentadoria para as donas de casa, a partir da aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda Constitucional Paralela da Previdência. A autora da proposta é a deputada federal Luci Choinack (PT/SC), que estuda os critérios para a regulamentação da matéria.

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputada federal Luci, a ministra Nilcéia e a senadora Ideli Salvatti

SC tem menor número de prefeitas

Para fazer um panorama sobre a participação mundial das mulheres na política, a socióloga e mestre em Ciências Sociais, Giane Boselli, que representou o Cfêmea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), apresentou dados que impressionaram, como a colocação de Santa Catarina como o Estado brasileiro que menos elegeu prefeitas nas eleições de 2004.

As mulheres constituem cerca de 52% da população mundial. Entretanto, estão em somente 145 dos legislativos no mundo e ainda existem 10 países que não admitem a presença feminina na política. Esses países estão localizados no Oriente Médio e

alguns na África. Em 2004, Ruanda ficou em primeiro lugar no número de mulheres no Senado e na Câmara Federal, com 48%. O Brasil integra o grupo dos 70 países com o pior desempenho, com menos de 10% de mulheres: 8% da Câmara dos Deputados com 44 deputadas, 11% do Senado com nove senadoras, 12,5% das Assembleias Legislativas, com 133 deputadas estaduais, 12,6% das Câmaras Municipais, com 6.500 vereadoras, e 7,5% das prefeituras, com 418 prefeitas. Giane acredita que com a reforma política esses números deverão aumentar. "A luta pela re-

forma política é uma luta solitária da nossa ONG. "Estamos com uma forte corrente para colocar mais algumas emendas dentro dela".

Emendas - Giani relacionou três emendas que foram apresentadas à reforma política que tramita no Congresso Nacional. Um aumenta em 20% o tempo da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão destinado a promover e difundir a participação política das mulheres. Outra proposta destina 30% do Fundo Partidário às mulheres. "Estamos fazendo pressão para sejam pelos menos de 15% a

20%, o que nos auxilia bastante", acredita a socióloga. Por fim, o movimento pelos direitos da mulher quer a adoção de listas fechadas, nas quais os eleitores passem a votar no partido e não no candidato. "A discussão sobre a adoção de listas fechadas é polêmica e não há consenso no movimento de mulheres e tampouco entre as que atuam em partidos políticos. Na Argentina, já é assim e funciona muito bem. A nossa sugestão é para que a lista seja alternada, um homem e uma mulher, até preencher a lista, caso contrário, as mulheres ficariam no fim da lista e difícil-

mente seriam eleitas, já que vivemos sob dominação masculina".

O Cfêmea é uma ONG (Organização Não-governamental) dedicada à mulher na política, atuando diretamente na Câmara Federal. Está à disposição de todas as mulheres que tenham interesse no assunto. Seu site traz informações e projetos de lei voltados para as mulheres.

Denise Arruda Bortolon
Graziela May Pereira
Marise Ortiga
Rose Mary Paz Padilha
Sheila Dziedzic
Suzana Tancredo
Tatiana Kinoshita

Empresários apresentam projeto de mina

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O projeto para a instalação da Mina Santa Cruz, no município de Içara, foi apresentado na reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Sérgio Godinho (PTB), na manhã do dia 31. A apresentação foi feita por representantes das empresas Rio Deserto, grupo de Criciúma que atua principalmente no setor carbonífero. Por requerimento do deputado Afrânio Boppré (PT), a Comissão agendou uma audiência pública para o dia 23 de setembro, em Içara, para discutir com os agricultores da região possíveis impactos que a instalação da mina poderá acarretar.

A Mina Santa Cruz seria instalada próximo à localidade de Esperança, em Içara, e sua área de exploração subterrânea abrangeria um total de 900 hectares. De acordo com exposição feita por Rosimeri Venâncio Redivo, engenheira química da empresa, a vida útil da mina seria de cerca de 14 anos, com uma produção mensal de 30 mil toneladas de carvão vendável. O retorno de ICMS para o município aumentaria em 7,87%, o que representa um incremento de R\$ 34. 498 mensais, com a implantação do

empreendimento.

A engenheira assegurou que as águas subterrâneas e superficiais não vão se misturar devido a camada de argila selante que caracterizaria o solo onde a empresa pretende instalar a mina. Destacou ainda, a instalação de Estação de Tratamento de Efluentes para os resíduos da mina, o que é exigido pela legislação ambiental neste caso. A empresa precisa da LAP (Licença Ambiental Prévia) e da LAI (Licença Ambiental de Instalação), emitidas pela Fatma (Fundação do Meio Ambiente), para ser instalada. Para operar, necessita da LAO (Licença Ambiental de Operação).

O deputado Joares Ponticelli, líder do PP, parabenizou a empresa pela apresentação do projeto, "de forma transparente e objetiva". Manoel Mota, líder do PMDB, também cumprimentou a empresa. "A apresentação mostrou o que as empresas estão fazendo com relação ao meio ambiente", disse Mota.

Impacto - A possibilidade da atividade de extração de carvão não provocar destruição ambiental, no entanto, é inexistente conforme avaliação do deputado Afrânio Boppré. "Os



Explicação foi ouvida também por deputados que não integram a Comissão



Rosemeri, durante a exposição

agricultores da região estão ameaçados com a possível instalação da mina". O deputado disse que

seu objetivo, ao requerer a audiência pública do próximo dia 23, é mobilizar a sociedade local para que tome consciência dos impactos socio-econômicos e ambientais na região "e a população possa interferir na decisão da instalação da mina."

Devem ser convidados a participar da audiência, além de re-

presentantes das empresas Rio Deserto e dos agricultores, membros do Ibama, Fatma, Ministério Público e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Também participaram os deputados José Paulo Serafim (PT), Ana Paula Lima (PT), Altair Guidi (PPS), Clésio Salvaro (PSDB) e Valmir Comin (PP). (MAP)

Finanças estaduais

Estado registra incremento na receita

Um dos principais questionamentos feitos pelos deputados Antônio Ceron (PFL) e Antônio Carlos Vieira - Viçairão (PP) ao secretário da Fazenda, Max Bornholdt, referiu-se à política salarial dos servidores público, como a lei da escala vertical de vencimentos para a Segurança Pública com reajustes variáveis de 25% a 93%, aprovado em janeiro de 2004 e até agora não concedido. Mesmo em face ao incremento de receita apresentado pelo Executivo.

"Existe descomprometimento deste governo com o funcionalismo. A criação das 30 secretarias regionais foi um equívoco, pois aumentaram o custo da folha de pagamento", criticou o pefelista, lembrando que emenda sua autoria, vedando qualquer nova despesa ao Executivo enquanto não fosse integralizado o reajuste foi retirada da proposta de verticalização. Ex-secretário municipal e estadual da Fazenda, Viçairão afirmou que o superávit e o crescimento da receita dão margem para concessão de reajuste salarial. "É apenas uma questão de prioridade do governo", garantiu.

Bornholdt disse que o incremento da receita não pode necessariamente ser repassado ao funcionalismo, através de reajuste. "Comparativamente com outros

estados, Santa Catarina não está tão bem. Tem que diminuir gastos com pessoal", assegurou o secretário. O relatório lido pelo secretário e entregue aos parlamentares informa, em seu item 7, que houve redução no comprometimento com as despesas de pessoal, de 55,07% da receita corrente líquida em 2004 para 52,57% em 2005. O percentual decorre do crescimento da receita corrente líquida que foi proporcionalmente superior ao das despesas com pessoal.

Divulgação - Outra cobrança feita está relacionada à divulgação da execução orçamentária. Tanto sua publicização através do site da Fazenda e Diário Oficial quanto ao cumprimento dos prazos determinados pela Constituição e LRF, para divulgação dos relatórios fiscais.

Os deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Viçairão não aceitaram a expli-



Max: tem que diminuir gastos com pessoal

cação dada por Bornholdt de que a publicação das informações foram parciais e tiveram atrasos devido a alterações e adaptações no sistema de administração tributária, inclusive com autorização do TCE (Tribunal de Contas do Estado). Segundo Dionei, alterações contábeis não podem ser usadas como desculpa para o

descumprimento da Constituição e nem o TCE pode autorizar o não cumprimento de prazos. "Se for desta forma, os contribuintes poderão alterar os prazos de pagamento dos tributos ao seu bel prazer?", questiona Dionei.

A crítica foi reafirmada por Viçairão que citou os artigos 119 da Constituição estadual e 162 da Constituição Federal, que definem o prazo de até 30 dias do mês subsequente para divulgação de informações sobre a execução orçamentá-

ria. Ele também cobrou a retirada de informações das finanças estaduais do site da fazenda e do desempenho arrecadatório por setor. Para Viçairão, este é um instrumento que permite saber o que está fomentando a economia e mesmo verificar problemas relacionados a variações de valores. "Foi através deste sistema que em novembro de 2003, descobri operação de antecipação de receita feita no valor de R\$ 40 milhões feitas por uma empresa do ramo de bebidas, no município de Lages". Existem restrições legais para operações de antecipação de receitas.

Superávit - O superávit orçamentário de 13,15%, explicou Bornholdt, resulta de uma gestão coordenada dos gastos públicos, imposta pela aplicação de uma rigorosa política de programação financeira e de um forte acompanhamento da execução do orçamento, além de mudanças na forma de gerir o Estado, com a implementação do Sistema Financeiro de Conta Única e com as novas rotinas informatizadas para controle dos gastos da Fonte de Recursos. O deputado Francisco Küster (PSDB) cumprimentou o titular da Fazenda pela performance financeira. "É bom ver o Estado em equilíbrio financeiro. (SD)

Secretário esclarece situação das creches

(foto Jonas Lemos Campos)



César Cim, deputadas Ana Paula e Odete de Jesus

O secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, César Cim, esteve presente na Alesc na manhã do dia 31, para responder aos questionamentos dos deputados integrantes na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo a Família e a Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT). Entre os questionamentos, o principal fato é o atraso no repasse de verbas para os conselhos comunitários, bem como o uso de recursos do Fundo Social para suprir as demandas.

Participaram da reunião as deputadas Odete de Jesus (PL), Simone Schramm (PMDB) e os deputados Francisco de Assis (PT), Francisco Küster (PSDB), Nilson Nelson Machado -Duduco (sem partido) e Sérgio Godinho (PTB).

Odete questionou o secretário sobre as dificuldades que as creches enfrentam no Estado. "As creches que estão conveniadas estão passando por momentos críticos, algumas já fecharam e outras estão a caminho. A creche do bairro Monte Verde, em Florianópolis, que atendia cerca de 140 crianças, já está fechada por falta de recursos, que não estão sendo repassados a oito meses, além disso, algumas creches já preparam as crianças para o primeiro ano do ensino fundamental. Aqui em Florianópolis, por causa de um impasse da prefeitura ainda não recebeu nenhuma parcela."

Cim explicou que as creches estão

vinculadas a programas da Secretaria da Educação e que a creche do Monte Verde está sob a tutela do município. O Estado entra como colaborador. "As creches são mantidas primeiramente pelas prefeituras municipais. Porém, a nossa Secretaria já assinou convênio com as prefeituras em sete parcelas. Duas delas já foram depositadas para os centros comunitários. Houve um problema no convênio com Florianópolis, mas já foi resolvido e será pago em cinco parcelas e, até o dia 2 de setembro, duas já estarão depositadas."

Ex-secretário da pasta, Godinho disse que quando saiu da Secretaria os contratos estavam prontos. "Os contratos esta-

vam preparados, mas tinha alguma coisa errada. As parcelas estavam atrasadas porque não tínhamos recursos. Quando eu entrei, em 2003, as parcelas já estavam atrasadas e o problema já vem se arrastando há anos". Ele ainda sugeriu que a Secretaria tenha um calendário programado. "Existe a necessidade de uma programação exata para conseguir saldar as dívidas e para isso será necessária a colaboração da Alesc."

Informações - Assis solicitou informações sobre o repasse dos convênios aos centros comunitários de Joinville. Questionou se os repasses do Fundo Social não podem ser feitos para as creches. "Também estou protocolando um pedido de informação, ao governador, para saber qual

o montante, quais e onde estão localizadas as entidades conveniadas em Joinville. Eu acredito que não estão sendo repassadas para quem necessita".

O secretário assegurou que Joinville, bem como os demais municípios de Santa Catarina, com exceção de Florianópolis, já receberam a segunda e está recebendo a terceira parcela. "Ainda não tenho conhecimento sobre os valores do Fundo Social", comentou o secretário.

A dúvida de Ana Paula é em relação ao planejamento do orçamento para o repasse aos conselhos estaduais. "Não podemos esquecer que o secretário foi convidado para falar sobre o repasse do convênio com as ONGs (Organizações Não-governamentais) e aos conselhos comunitários e não somente as creches".

Antigo - Duduco concordou que o problema do repasse é antigo. "Muitas creches já tiveram que fechar e a cada ano isso piora." Ele também esclareceu que a secretária municipal de Desenvolvimento Social de Florianópolis, Rose Berger, não aceitou os recursos que foram repassados e depositados. "Ela não quis receber porque o convênio traria problemas à prefeitura, já que atrasava."

Cim salientou que pretende assinar os convênios para o próximo ano ainda em fevereiro e pediu a ajuda do Parlamento. "Assinaremos os convênios no começo do ano para que as políticas de assistência social passem a fazer parte do Orçamento do Estado"(DAB)

Deputado propõe fórum de discussões

A formação de um fórum parlamentar no âmbito do Legislativo estadual para discutir o projeto de lei que regulamenta as micro e pequenas empresas, em tramitação no Congresso Nacional, foi proposta pelo deputado José Carlos Vieira (PFL). "Esta lei vai revolucionar a Constituição Federal e, portanto, a Constituição Estadual", afirmou.

Requerimento nesse sentido foi encaminhado ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), e tem apoio dos líderes de bancada e da União de Vereadores de Santa Catarina. Constituído o Fórum, explicou o deputado, serão realizadas audiências públicas em todo o Estado para recolher sugestões concretas sobre a normatização nacional da matéria.

Santa Catarina contabiliza 2 mil empresas, 12 mil lojas comerciais e 10 mil prestadoras de serviços.

Encaminhada ao Congresso Nacional em junho deste ano pela Frente Empresarial em prol da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a proposta altera limites de renda bruta anual, estabelecendo um patamar obrigatório de R\$ 480 mil para as micro-empresas e de R\$ 3,6 milhões para as pequenas empresas. O registro também seria unificado, através do CNPJ, o que hoje é feito de maneira considerada confusa, tendo a empresa que registrar-se em mais de 10 órgãos diferentes e apresentar cerca de 90 documentos. Um resumo do projeto pode ser acessado no endereço eletrônico: www.sebraesp.com.br/leigerall/Docs/Resumo Lei Geral.pdf. (BD/DAB)

Líder do PP ratifica denúncias

A prova de geografia do concurso público realizado no dia 14 de agosto, pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, conforme denúncia do deputado Joares Ponticelli (PP), apresentou questões absurdas que visavam beneficiar a administração do atual governo, o que para ele se traduz em uso abusivo da máquina pública. Ponticelli voltou ao assunto na sessão plenária do último dia 24. De acordo com ele, o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, fez confusão ao afirmar que as reclamações colocaram em dúvida a honra da UFSC. "Em nenhum momento citei a universidade e gostaria de informar ao deputado Mota que minha denúncia se refere apenas ao abuso de poder público na elaboração do concurso realizado pela Fepese (Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-econômicas), e não pela UFSC", esclareceu.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), corrigiu as colocações de Mota, o que foi considerado fundamental pelo pepebista para "evitar mal-entendidos".

Ele salientou que a escolha do tema - que enfocou



Ponticelli negou ter citado UFSC

obras realizadas pelo governo estadual - pode ter sido equivocada e desastrosa. "Isso pode caracterizar propaganda em favor do governo. Mas também não podemos culpar o governo, já que uma fundação foi contratada para elaborar as questões", justificou o peemedebista.

Serra - Ponticelli também reclamou que um dos principais cartões postais de Santa Catarina, a Serra do Rio do Rastro, está sem iluminação há cerca de dois anos. Ele disse que já teve três requerimentos aprovados na Assembleia pedindo providências ao go-

vernador, mas que até agora nada foi feito.

O líder do PP ainda informou que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) suspendeu o atendimento da Defensoria Dativa em Chapecó, segundo o jornal *Diário da Manhã*, de 19 de agosto e pediu providências. O deputado citou que a Lei nº 13.186, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a gestão dos depósitos judiciais e estabelece outras providências,

prevê em seu Artigo 5º que os recursos disponibilizados ao Poder Executivo na forma do *caput* do Artigo 1º da mesma lei, serão utilizados exclusivamente, entre outras coisas, no pagamento da defensoria dativa. "Para onde foi o dinheiro?", questionou Ponticelli.

O líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), assegurou, na sessão plenária do dia 30, que os repasses para a OAB/SC destinados à defensoria dativa estão em dia e corretos. Segundo ele, o governo atual está repassando uma média de R\$ 500 mil mensais à OAB.(GMP/MAP/TM)

Tucano critica fiscalização nas BRs

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) criticou a operação de fiscalização da PRF (Polícia Rodoviária Federal), realizada no último dia 23 em um trecho da BR-101. Em sua avaliação, essas operações não educam o motorista, e funcionam apenas como forma do governo arrecadar mais, pois acontecem esporadicamente.



Gonçalves: fiscalização contínua

“Ontem (23 de agosto), a PRF desencadeou a operação ‘Pé no Freio’ e em um espaço limitado de tempo foram registradas 344 ocorrências por excesso de velocidade. Eu passei nessa operação, como eu passo todo o dia na BR-101 e quero deixar aqui o meu pro-

testo” declarou da tribuna no dia 24.

O cidadão só vai se acostumar a andar no limite de velocidade se essas operações forem feitas continuamente, e não de forma esporádica. “Hoje, cada pessoa estipula um limite de velocidade para si. Eu tenho a minha velocidade estabelecida para

mim. De repente, aparece um radar apontado para nós. Isso não é forma de disciplinar o cidadão que transita nas rodovias federais.” Gonçalves elogiou, entretanto, os policiais rodoviários, já que a falta de uma fiscalização constante não é decisão deles. (MAP)

Küster exige verbas para SC

Um editorial publicado há duas semanas em jornal de circulação estadual, com críticas ao governo federal sobre o repasse de verbas para Santa Catarina, serviu como base para o pronunciamento do deputado Francisco Küster (PSDB), na sessão plenária de quinta-feira (25).

Ao ler o texto, que fala da remessa escassa aos estados brasileiros dos recursos previstos no Orçamento Geral da União, Küster se ateve aos previstos mas não repassados para Santa Catarina. “Dos R\$ 676 milhões devidos ao Estado, houve repasse de apenas R\$ 6,5 milhões. Isso é um deboche, um escárnio. Em 36 anos de vida pública nunca vi tanta incompetência na história brasileira.” O parlamentar criticou também a len-



Küster: volume de recursos é um deboche

tidão no repasse de verbas para a duplicação da BR-101, trecho sul, e para as obras da BR-282. “Nunca fui a favor do separatismo, mas se continuarmos do jeito que está, com essa inércia, a discussão desse assunto não fica descartada”, afirmou Küster. (RMPP)

Dentinho pede apoio para doação de ginásio

O deputado Wilson Vieira – Dentinho – (PT) solicitou o apoio de todos os parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei nº 182/05, procedente do Executivo, do qual é relator, que autoriza a doação de imóvel no município de Joinville e regularização do terreno onde encontra-se o Ginásio de Esportes Ivan Rodrigues. O parlamentar salientou que o ginásio é um marco da história esportiva da cidade, pois foi sede do primeiro Festival de Dança de Joinville.

Dentinho esclareceu, durante manifestação em Plenário, que o terreno onde está o ginásio é do Estado e que a regulamentação vai possibilitar novos investimentos por parte da pre-

feitura. “Servirá como mais um instrumento para ser utilizado para que a população possa desenvolver e assistir atividades esportivas e culturais.”

Penitenciária – O petista ainda relatou algumas irregularidades verificadas na situação e nas obras da penitenciária de Joinville. Segundo averiguou, as trancas das grades que fecham a área de passagem principal estão muito mal instaladas no concreto, apresentando fragilidade, bem como a central de polícia que não está funcionando adequadamente, pois faltam equipamentos e efetivo. Disse também que a construção não prevê acesso para portadores de deficiência física, como rampas. (MOR)

Aprovados

Magistério

Foi votado e aprovado em Plenário o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 118/05, de origem governamental, que concede a antecipação do valor, a partir de 1º de agosto de 2005, dos vencimentos ao magistério público estadual, ativos e inativos, pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Entre as antecipações consta o abono de R\$ 50; a alteração do percentual para a regência de classe, de 30% para 40%, para professores que atuam nas séries iniciais; alteração do percentual do incentivo à ministração de aulas, de 10% para 25%, para professores que atuam nas séries finais dos ensinos fundamental e médio; alteração do percentual da

gratificação de atividade especial, de 10% para 25%, para os especialistas em assessoria educacional, consultor educacional, assistente técnico pedagógico e assistente de educação, e aos professores lotados na Secretaria e nas SDRs, por imperativo do Artigo 199 da Lei complementar 284/05, e o percentual de gratificação de atividade especial de 25%. (RV)

Gratificação

Aprovado o Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 119/05, de origem do Executivo, que altera dispositivo da Lei nº 10.547, de 1997, que institui a Gratificação de Produtividade para servidores da Fundação Udesc. A gratificação será concedida ao servidor anualmente, mediante critério de pro-

dutividade, desempenho, assiduidade e pontualidade, definido pelo Conselho Universitário. No primeiro ano, será concedida integralmente, e no anos seguintes distribuída por quotas de produtividade e desempenho, de até 25%, e quotas de assiduidade e pontualidade, com o mesmo percentual. (RV)

Ouvidoria

Com o objetivo de estabelecer um canal de comunicação entre a sociedade e o MPE (Ministério Público Estadual), a Procuradoria Geral de Justiça enviou à Alesc o Projeto de Lei Complementar nº 17/05, aprovado em Plenário, que cria a Ouvidoria do

MPE. O novo órgão auxiliar terá como funções receber denúncias, reclamações, críticas, comentários e todo tipo de manifestação e proposta de ação de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades.

Conforme o procu-

rador-geral de Justiça, Pedro Steil, a Ouvidoria será um veículo importante na obtenção de informações sobre as ações desenvolvidas pela instituição, elevando os padrões de transparência e presteza de seus integrantes, órgãos e serviços auxiliares. (RV)

Frentes parlamentares

Os assuntos de grande interesse público da população catarinense serão abordados pelas frentes parlamentares, cujos critérios foram estabelecidos no Projeto de Resolução 09/05, da deputada Simone Schramm (PMDB), aprovado em sessão plenária. As frentes parlamentares já são uma realidade nas Assembleias Legislativas de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul, corrente que pode encorajar a formação de movimentos similares em outros parlamentos brasileiros.

A deputada acredita que o fortalecimento destas frentes, nas esferas municipal, estadual e federal, pode levantar as dificuldades de diversos segmentos de nossa economia e lutar pela solução de seus problemas, além da defesa de seus direitos. Entre as normas da proposta, destacam-se a obrigatoriedade da extinção da frente no término de cada legislatura e a entrega anual, ao presidente da Casa, de relatório com as atividades desenvolvidas. (RV)

Indicação

Acolhendo proposição do deputado Antônio Ceron (PFL), a Assembleia Legislativa encaminhou indicação ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário da Fazenda, Max Roberto Bornholdt, solicitando alteração do decreto nº 3.260, de 27 de junho de 2005, que aumenta em 5% o ICMS sobre o café industrializado pelas empresas de Santa Catarina. Com a solicitação, foi encaminhada justificativa elaborada por Euzébio Pereira Neto, representante do Sindicato da Indústria do Café de Santa Catarina, que aponta a necessidade de igualdade tributária com os concorrentes vizinhos para que possam atender a necessidade de mercado e do consumidor final.

A justificativa cita que a indústria do café em Santa Catarina está encontrando dificuldades na questão tributária do ICMS, especialmente após a publicação do decreto. “As empresas dos estados vizinhos do Rio Grande do Sul e Paraná, conseguem um diferencial a menor das indústrias locais e têm um preço diferenciado para menos no ICMS, o que vem causando sérios transtornos para nossas indústrias”, observa Neto no documento. (CA)

Bancada do PT propõe Ouvidoria da Polícia

Com a finalidade de receber denúncias, reclamações e representações de cidadãos sobre atos considerados arbitrários, desonestos ou que violem os direitos humanos individuais ou coletivos, a bancada do PT apresentou no dia 23, em entrevista coletiva, o Projeto de Lei Complementar nº 27/05, que autoriza o Poder Executivo a criar a Ouvidoria da Polícia do Estado de Santa Catarina.

Conforme o líder da bancada, deputado Paulo Eccel, a idéia do projeto surgiu após as denúncias de abuso por parte de policiais, em Florianópolis, durante os protestos contra o aumento de ta-



Eccel explicou funcionamento

rifas do transporte coletivo urbano. "A Ouvidoria vai ser um órgão independente da Secretaria da Se-

gurança Pública e o ouvidor será indicado a partir da comunidade através de uma lista tríplice enviada pelo Legislativo ao governo do Estado. O mandato de ouvidor será de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois. Atenderá denúncias sobre a PM, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros", informou o deputado.

Além de receber reclamações da população, a ouvidoria poderá receber sugestões sobre o funcionamento dos serviços policiais, bem como denúncias a respeito de atos irregulares praticados na execução desses serviços, inclusive por superiores hierárquicos. (GMP)

Projeto prevê distribuição gratuita de filtro solar

Mostrando preocupação com a saúde em suas diversas áreas, o deputado e médico Antônio Aguiar (PFL) apresentou projeto de lei que assegura a distribuição gratuita de filtro solar aos portadores de câncer de pele, com o objetivo amenizar o agravamento da doença no pacientes oncológicos, especificamente aqueles cuja renda familiar seja de até três salários mínimos.

A distribuição do filtro solar, segundo o autor da matéria, se dará aos pacientes que apre-

sentarem a prescrição médica juntamente com o comprovante das secretarias municipais de saúde e será operacionalizado através do SUS e Secretaria de Estado da Saúde.

Aguiar informou que a radiação ultravioleta, concentrada nos raios solares, é a principal responsável pelo desenvolvimento do câncer e envelhecimento da pele. Salientou ainda que os casos de câncer de pele atingem a população de forma geral, não escolhendo classe social. (MOR)



Médico, Aguiar está preocupado

Convênio é questionado por Vieirão

A publicação, no *Diário Oficial do Estado*, no último dia 17, de um extrato de convênio fechado entre a Secretaria Regional de Desenvolvimento de Laguna e o Conservatório Lagunense de Música levou o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) a cobrar explicações dos governistas em Plenário. "O documento diz que o convênio é destinado à abertura do canal situado entre a Lagoa do Camacho e o Oceano Atlântico. O que tem a ver a música com essa obra de engenharia?", questionou.

O deputado Genésio Goulart (PMDB) disse que foi um erro de publicação do DO e que o objeto



Vieirão estranhou texto de convênio

se refere apenas às obras do canal na Lagoa do Camacho. "Agradeço ao senhor pela oportunidade de esclarecer este equívoco na pu-

blicação do Diário Oficial.

Autorização - Vieirão comentou ainda que recebeu um telefonema de um repórter, questionando-o sobre as solicitações feitas pelo Ministério Público Federal referentes à autorização para processar o governador Luiz Henrique da Silveira. Segundo ele, o governador poderia ser denunciado por crime de prevaricação e crime de patrocínio de interesse privado perante a administração fazendária, relativamente à edição do Decreto Estadual nº 1.894/04. "Fui obrigado a dizer que eu não sei de nada, o que é um absurdo". (TK)

DOS GABINETES

Proposição abre caminho para ferrovia SC-Chile

Buscando dar efetiva consequência ao propósito de implantação de um eixo de integração física entre o litoral do Pacífico (a partir do Chile) e o litoral do Atlântico (portos catarinenses), objetivo maior do programa do Corredor Bioceânico, o deputado Celestino Secco (PP) apresentou projeto para a constituição da Sociedade por Ações Companhia TransCatarinense. A empresa, que deverá ter sede e foro em Florianópolis, terá por finalidade a implantação de uma estrada de ferro no trecho compreendido entre Joaçaba/Herval d'Oeste e São Miguel d'Oeste/Dionísio Cerqueira, a parte brasileira-catarinense do Corredor Bioceânico do paralelo 25º, que se desenvolve a partir do município catarinense de São Francisco do Sul e alcança Antofagasta/Mexilhães, no Chile.

Celestino explica que a proposta concretiza uma das ações definidas durante o IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, promovido pelo Fórum de Parlamentares do Mercosul, realizado em Florianópolis nos dias 28 e 29 de abril, reunindo parlamentares do Mercosul vindos da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, além do Brasil. Conforme Celestino, o projeto da TransCatarinense é a contribuição catarinense ao IV Fórum.

O Corredor Bioceânico Central, esclarece Celestino, parte de São Francisco do Sul até Porto União, seguindo a Joaçaba/Herval d'Oeste, ponto inicial da Companhia TransCatarinense, seguindo por Concórdia, Chapecó, Maravilha, São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira,

na fronteira com a Argentina. De Dionísio Cerqueira o Corredor prossegue para alcançar Posadas e Corrientes (na Argentina - trecho a construir) e prossegue pelo Ferrovial Belgrano por Salta até Antofagasta/Mexilhães, no Chile. O Corredor abrangerá seis países (além do Chile e Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e mais de 30 províncias, regiões e departamentos que, com suas respectivas infra-estruturas, servem-se e alimentam o eixo ferroviário.

Custos - A construção e implantação da ferrovia, segundo um estudo preliminar apresentado pela empresa de consultoria Megacorp apresentado à Comissão Intermunicipal de Integração Regional, da Argentina, exigiriam recursos de cerca de 1,6 bilhão de dólares mas, os enormes benefícios que o empreendimento traria, representariam duas, três vezes os valores investidos. Vale lembrar, por exemplo, que a implantação do trem-bala entre São Paulo e Rio tem o custo estimado em 9 bilhões de dólares (5,5 vezes mais que o custo do Corredor Bioceânico).

Os custos com a ferrovia-corredor compreenderiam os gatos com a reabilitação e construção de vias, material de tração e vagões, praças e terminais, sinalização e telecomunicações; e os portos de São Francisco do Sul e Mexilhães, capital de giro e plano de desenvolvimento. O projeto utilizaria trechos ferroviários já existentes, no Brasil e Argentina, e prevê a construção dos trechos Herval-São Miguel e São Miguel a Posadas/Corrientes (Argentina). (MT)

Gestor Público ganha data

Cada vez mais a área pública ganha importância frente ao compromisso com os cidadãos. Prova disso, a Assembléia Legislativa aprovou no dia 25 o Projeto de Lei, do deputado Francisco de Assis (PT), que institui o Dia Estadual do Gestor Público, a ser comemorado no dia 11 de março. A propos-

ta segue para sanção governamental e tem como justificativa a valorização dos agentes que trabalham na esfera pública e, principalmente, fortalecer a profissão que terá os primeiros gestores públicos graduados no dia 11 de março de 2006, pela UnC (Universidade do Contestado de Canoinhas). (EVT)

Homenagem

O deputado Sérgio Godinho (PTB) homenageou a Rádio Clube de Lages e seu fundador, Carlos Jofre do Amaral, na sessão plenária do dia 25, data em que a emissora completou 58 anos. Esta foi a primeira rádio do Planalto Serrano e originou a TV Planalto, primeira afiliada do SBT.

De acordo com pesquisa feita pelos jor-

nalistas Lúcia Helena Vieira e Ricardo Medeiros, para o livro *A História do Rádio em Santa Catarina*, o paulista Amaral mudou-se para Lages em 1939. Junto com José Botini e Oswaldo Lenzi, criou "A Voz da Cidade", um serviço de alto-falantes com uma programação transmitida de estúdio improvisado que posteriormente deu origem à Rádio Clube. (SCT)

Produtores não aceitam convenção contra o fumo

Carlos Agne

O relator do projeto de ratificação da Convenção-quadro para o Controle do Tabaco, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), esteve em Florianópolis, no dia 26, para ouvir fumicultores e trabalhadores rurais. O encontro, promovido pela Assembléia Legislativa, levou 1.500 produtores ao Centrosul, onde aconteceu a audiência pública, que protestaram contra a ratificação do acordo internacional pelo Brasil. "O Senado está preocupado com algumas dúvidas que pairam sobre o tratado", assinalou Heráclito.

Em menor número, profissionais da saúde marcaram presença manifestando-se pela ratificação. A Convenção, articulada pela Organização das Nações Unidas, prevê a substituição gradual da fumicultura em todo o mundo, restrição à publicidade, combate ao contrabando, aplicação de políticas de preços e implementação de programas de educação. O tratado foi aprovado por 40 países e deve entrar em vigor até fevereiro de 2006. O projeto no Senado deve ser votado até o dia 7 de novembro. Se o Brasil confirmar sua participação no acordo, o Banco Mundial financiará apoio técnico para a conversão das culturas de fumo.

O senador Jorge Bornhausen (PFL) afirmou taxativamente que o governo foi arbitrário pois não ouviu os produtores antes de encaminhar o projeto à Câmara dos Deputados onde, através de acordos de lideranças, aprovaram a matéria, também sem consulta aos que serão diretamente atingidos. A senadora Ideli Salvati (PT-SC) ponderou que "todos nós temos a obrigação de fazer controle visando à eliminação do fumo. Temos de ver como esse procedimento se dará e saber o que está em jogo no tabuleiro internacional. É necessário que todos os direitos e garantias fiquem explicitadas".

O presidente do Legislativo estadual - anfitrião do debate -, deputado Julio Garcia (PFL), danos sociais e impactos negativos à economia. "Isso não pode sair de uma decisão monocrática, de gabinete. Qualquer decisão radical e abrupta certamente levará a um conflito de circunstâncias que não podemos prever", afirmou.



Julio Garcia (ao microfone) enfatizou riscos de uma decisão radical e abrupta



Senador Heráclito Fortes



Bornhausen mediu o encontro

Argumentos

Os produtores temem que sejam implementadas leis para restringir a cultura do fumo, segundo explicou o diretor secretário da Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil), Romeu Schneider. "Isso é uma utopia. Não há dinheiro nem para dar garantia de mercado e seguro de produção", disse. O Brasil produz 850 mil toneladas de fumo por ano e 34% desse total saem de Santa Catarina. Apesar do texto do tratado não conter referências à proibição ou restrição de subsídios à produção de fumo, os agricultores temem que a convenção se transforme num respaldo jurídico para os legisladores criarem leis de erradicação do cultivo no futuro.

"O que vemos é que os governos estaduais e municipais terão respaldo para criar leis específicas de erradicação do fumo. Não há garantia de verbas para financiar a troca da fumicultura e sempre vai existir consumidor do tabaco e, em consequência, revendedores. Então, o mercado nacional seria abastecido por outros países. Cerca de 2,4 milhões de pessoas vivem da produção de fumo no Brasil. Só em Santa Catarina, são 61.790 famílias, que têm 144.810 hectares de área plantada, sem falar nos 259.518 empregos diretos que a atividade proporciona aqui no Estado. Ratificar a convenção significa "exportar antitabagismo" e terminar com os empregos no Brasil", prevê Irineu Berezanski, da Fetaesc (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina).

Realidade - Por outro lado, a coordenadora do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, Tânia Cavalcante, explica que não se justifica o argumento de que o tratado vai criar um "caos econômico", pois o Brasil exporta 85% da produção e nove dos 11 importadores já ratificaram a convenção. "Os fumicultores estão sendo usados e enganados", afirmou. Acompanhada por um pequeno número de representantes do setor, como o representante do Ministério da Saúde, Carlos Humberto Spezzer, e o diretor do Cepon/SC (Centro de Pesquisas Oncológicas), Luiz Fernando de Vicenzi, na ocasião representando o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, a coordenadora informa que a proposta de reconversão da cultura do fumo só será aplicada no caso de uma redução no interesse do mercado pelo tabaco brasileiro.

O texto não faz referência à proibição ou restrição a empréstimos ou subsídios governamentais para a produção, não estabelece prazo para a implantação de medidas relacionadas aos agricultores. O Brasil vai ganhar apoio internacional técnico e financeiro para criar alternativas de substituição da cultura fumageira. "O que não pode é o Brasil cair em descrédito na sua cruzada mundial de combate à fome e de presença no Conselho de Segurança da ONU", alertou Tânia.

Participaram do evento os deputados Manoel Mota (PMDB), Reno Camori (PP), Clésio Salvaro (PSDB), Altair Guidi (PPS), Paulo Eccel (PT), o secretário de Articulação Política, João Matos, o vice-prefeito de Florianópolis, Bitá Pereira (PSDB), prefeitos e vereadores dos três estados do Sul.



Fumicultores não aceitam o acordo internacional